

## APONTAMENTOS SOBRE CAMPOS DE GUERRA<sup>1</sup>

Norma Telles<sup>2</sup>

---

### RESUMO

O texto faz uma leitura das ideias de algumas escritoras brasileiras em relação à Primeira Guerra Mundial e ao papel das mulheres no conflito. Julia Lopes de Almeida, Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura expuseram suas considerações sobre o assunto em palestras, crônicas, livros e ações. O debate cobre formas de pacifismo e até mesmo a proposição de serviço militar para mulheres. Descortinam-se posições diferenciadas que traçam um panorama rico e sugestivo sobre a complexidade do período e instruem a respeito das discussões da época em relação às mulheres e à guerra de forma geral.

**Palavras-chave:** Escritoras brasileiras; Primeira Guerra Mundial; Mobilização.

### ABSTRACT

This text examines the ideas of some Brazilian women writers in relation to World War I and the role of women in the conflict. Julia Lopes de Almeida, Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura expressed their ideas through public talks, chronicles, books and actions. The debate covers forms of pacifism and even propositions of military service for women. It unfolds different positions that delineate a rich scenario that suggests the complexity of the period and instruct us about the discussions of the moment regarding women and war in general. Key words: Brazilian women writers. World War I. Mobilization.

**Key words:** Brazilian women writer; World War I; Mobilization.

*Let us trespass at once.  
Literature is no one's private ground;  
literature is common ground.  
It is not cut up in nations; there are no wars there.  
Let us trespass freely and fearlessly  
and find our own way for ourselves.  
Virginia Woolf*

---

1 Este texto é uma nova versão de outro de mesmo nome publicado em *Iª Guerra Mundial, Reflexos no Brasil*. Porto Alegre: Cipel, 2014.

2 Historiadora, Doutora em Ciências Sociais.

“Numa tarde de setembro de 1913”, escreve Julia Lopes de Almeida uma década depois sobre uma conversa com um rapaz que estava ao seu lado em um belvedere no alto do Castelo de Chazeron. Ele, contemplando as colinas em derredor suspirou:” E pensar que toda esta placidez dos campos da França vai ser transformada no inferno das batalhas! Pois não sente que a guerra aí vem?” (Almeida: 1925:28-29).

A vista do castelo se espalhava sobre a planície Limagne cercada de colinas e morros e hoje se nos apresenta, como para a escritora, uma região calma e de natureza preservada, de florestas e colinas. c Em 1914 foram construídas trincheiras desde o litoral do Canal da Mancha até a fronteira com a Suíça, um complexo de linhas retas e transversais formando um labirinto de dimensões nunca vistas. E as planícies deixaram de ser calmas e belas. Espalhadas por 654 Km, estima-se que aproximadamente 40.000 Km de trincheiras foram construídos por ambos os lados. Abrigaram centenas de milhares de militares tentando se proteger e atacar. Entre as trincheiras inimigas ficava um terreno vazio que os ingleses denominaram “Terra de ninguém”, local onde os inimigos lutavam e morriam numa guerra que não saiu dessas trincheiras até 1917.

Ao escutar o rapaz, contemplando os campos plácidos da França, em 1913, Almeida se surpreendeu com a afirmação do moço, voltou-se para ele, que continuou: “Pois não sente que a guerra vem?” Ela pensou consigo mesma, sim, sentia que a guerra aí vinha, mas não a que veio, uma outra, pois a que veio foi a guerra do mundo inteiro. “O que não me podia passar pela cabeça, jamais, era a ideia de que nestes dias, que eu tão cega supunha civilizados, fosse dado à humanidade entrar em lutas tão desvairadas [...]” (ALMEIDA, 1925, p. 28-29).

A renomada escritora brasileira faz uma avaliação que era quase unânime na Europa antes de 1914, antes do início do que os contemporâneos denominaram para todo o sempre de a Grande Guerra, pois até então não houvera guerras totais. A paz era tida como o normal e esperado nas vidas europeias desde 1815, pois não ocorrera guerra alguma envolvendo grandes potências e, desde 1871, homens em uniforme de uma nação não atiravam em homens em uniforme de outra nação.

Afora escaramuças breves, as “grandes potências escolhiam suas vítimas no mundo fraco e não europeu” (HOBSBAWN, 1988, p. 418), algumas vezes avaliando mal a resistência que encontrariam. “Bem entendido, a Inglaterra esteve com frequência em guerra [no século XIX]: houve a guerra da Crimeia, o Motim Indiano, todas as pequenas guerras de fronteira na Índia e, no final do século, a guerra dos Bôeres” (WOOLF, 1962, p. 183). Inúmeros escritores ingleses que viveram esse período não escreveram sobre essas guerras, viviam em uma época de abundância e por isso as suas personagens, em geral, não tiveram a vida transformada por

conflitos bélicos. Woolf conclui então que na Inglaterra do Oitocentos, em geral, as guerras não afetaram os escritores, suas personagens ou a visão que tinham da vida humana.

Entre os poetas, lembra Woolf, somente Byron e Shelley foram profundamente influenciados pelas guerras de seu século. Na vida real, a vida de uma mulher que se tornaria escritora foi profundamente afetada pela guerra da Criméia: Florence Nightingale, nascida em uma família prestigiosa, quis estudar e estudou enfermagem na Alemanha e, em seguida, fundou a primeira escola de enfermagem da Inglaterra. Em 1854, atendendo à convocação do governo inquieto com o número de mortes de soldados ingleses em hospitais da Crimeia, embarcou para o *front* de guerra e mudou a prática de atendimento em hospitais. Tornou-se conhecida como a “Lady com a Lanterna”, porque fazia suas rotas noturnas segurando uma lâmpada de querosene que trazia algum alívio os terrores noturnos dos feridos.

Para que autoridades e público em geral entendessem a necessidade de recursos para terem condições de higiene e tratamentos que impediriam a morte de centenas de soldados, Nightingale desenhou um diagrama que se tornou famoso, convenceu a todos e granjeou a posição de um dos diagramas que mais influenciaram o mundo, ao lado do de Newton. Florence Nightingale, para seu constrangimento, foi aclamada como heroína quando voltou para a Inglaterra; continuou sua atuação no campo da enfermagem e escreveu livros como o conhecido *Cassandra*.

No início do século XX, a situação geral da Europa começa a mudar. A preocupação com uma possível guerra era teórica e abstrata, mas existia e era persistente. Mesmo a partir de 1900, quando o conflito tornou-se eminente, a “deflagração não era realmente *esperada*” (HOBSBAWN, 1988, p. 419), e sem dúvida nenhum governo de uma grande potência queria uma guerra generalizada. Mas a guerra veio e foi uma hecatombe que marcou a falência da civilização capitalista, burguesa e liberal do século XIX, uma civilização baseada na técnica e na ciência que acreditava no progresso e estava convencida da centralidade da Europa no desenvolvimento mundial: “As décadas desde o início da Primeira Guerra Mundial até as consequências da Segunda, formam uma Idade da Catástrofe” (HOBSBAWN, 1994, p. 7).

Muitas das consequências da catástrofe da Grande Guerra tiveram implicações sombrias na literatura, expressas vezes sem conta como fonte de ansiedade psíquica, impotência, desconsolo, como se percebe em escritores como D.H. Lawrence, T.S. Eliot ou Hemingway, que foram à guerra ou estiveram próximos a ela. Escritoras de língua inglesa ou francesa também escreveram histórias breves, poemas e narrativas sobre a Guerra

a partir de outra perspectiva. Interpretavam o conflito incluindo as mulheres que haviam sido chamadas a servir no esforço de guerra e mobilizadas para o sacrifício. Gilbert e Gubar mostram como escritoras diferentes imaginaram a Terra de Ninguém como uma utopia, uma “terra delas”, título de famoso livro de Charlotte Perkins Gilman, *Herland*.

O fato desses problemas, das surpresas, extensão e consequências da guerra serem apreendidas especificamente em termos de gênero – algo que Almeida mostra em seu texto – em geral não foi notado. As mulheres no início do século XX lutavam em várias frentes reivindicando poder público, participação política, participação na criação cultural, entre outros itens, e “difícilmente se preocuparam com a perda de uma autoridade que ainda precisavam adquirir plenamente”, ao contrário dos homens. A educação das jovens ensinava-lhes comedimento e distanciamento das coisas públicas, de ideias próprias, da afirmação de si, e essa ausência de afirmação era considerada grande virtude (GILBERT; GUBAR, 1989, p. 260). As mulheres, porém, viveram e lutaram na conflagração mundial, e estudiosas contemporâneas sugerem que elas desempenharam parte nada insignificante nesse conflito.

Os apontamentos que faço neste texto sugerem que no Brasil escritoras e jornalistas conhecidas se posicionaram em relação à guerra de modo diferente umas das outras e que no entreguerras a discussão sobre as várias perspectivas se tornou mais acalorada, especialmente nas décadas de vinte e trinta. Faço uma leitura de textos de Julia Lopes de Almeida, Leolinda Daltro e Maria Lacerda de Moura sobre os campos de guerra e seus personagens. Estou certa de que mal arranho a superfície de um tema que ainda precisa ser mais bem pesquisado entre nós por sua importância e pela diversidade de ideias que esses esboços iniciais indicam.

As implicações de gênero e sexuais da Grande Guerra se mostram um

caso clássico de dissonância entre a história oficial centrada nos homens e a história não oficial das mulheres [...] Porque não só os eventos apocalípticos da guerra tem significado muito diferente para homens e mulheres, mas tais eventos foram na verdade muito diferentes para homens e mulheres. (GILBERT; GUBAR, 1989, p. 263)

Enquanto os rapazes que foram às trincheiras gradativamente se alienaram de suas antigas personas imbuídas dos valores pré-guerra,

cada vez mais emparedados na imundície e sangue da terra de ninguém, [sentindo-se abandonados pela civilização da qual eram herdeiros], as mulheres pareciam se tornar, como por um estranho giro do pêndulo da história, mais poderosas. [...] e alimentaram a formação de um país metafórico [...] artistas discreta ou abertamente celebraram a liberação dos desejos e poderes femininos [...] e a reunificação das mulheres como consequência das energias liberadas. (GILBERT; GUBAR, 1989, p. 263)

Julia Lopes de Almeida (1862-1934) escreveu *Maternidade* em 1925, reunindo conferências que fizera pelos ideais pacifistas. “Amigas, lede estas páginas de ideal pacifista e sentireis que elas se baseiam na verdade” (p. 10). O tema é enfatizado pela dedicatória às companheiras argentinas da Biblioteca do Conselho Nacional de Mulheres e para as da Associação de Damas de Santiago del Estero em Prol da Paz Permanente no Continente Sul Americano, que já há algum tempo trabalhavam com sucesso em prol do ideal.

Na abertura expõe a razão de se debruçar sobre o tema: é dever de qualquer escritor dizer o que pensa e sente a respeito do maior problema de todos os tempos – a guerra, “sobretudo, quando esse escritor é mulher e contribuiu com o seu sofrimento e o seu sangue para o acréscimo da humanidade” (p.11). As epígrafes escolhidas são interessantes, a inicial é um verso de William Ross Wallace, “a mão que balança o berço governa o mundo”, frase muito usada que ela cita como “provérbio inglês”.

O absoluto da sentença é matizado por um aforisma de Carmen Sylva, pseudônimo de Elisabeth, rainha da Romênia (1843-1916) e escritora famosa, que abre a primeira parte e afirma que todos se lembram da Mãe nas horas de desgraça, e a esquecem nas horas de prazer. Nesse lusco-fusco, vai e vem entre os prazeres e as dores da maternidade, a autora pensa ser preciso firmar marcos para que o movimento da mão que embala o berço possa ser executado com eficácia. Acredita que o principal estandar-te a respeito dos campos da guerra é o que faz uma exposição das razões em favor do pacifismo.

No prelúdio às discussões, Almeida recorda alguns indícios que haviam lhe parecido estranhos em 1913 e adquirem significados até mesmo sinistros que na ocasião não chegara a entender, notara simplesmente sem ligá-los ao prenúncio de tempestade que apontavam. Na primeira parte, discorre sobre mães e filhos de modo geral, evoca filósofos, o historiador Michelet e outros pensadores para mostrar a mulher como educadora que é e que deve “combater os erros centenários e as tradições injustas que ameaçam continuamente a tranquilidade do Lar” (ALMEIDA, 1925, p. 66).

A história, pensa a autora, não registrou lindas coisas como os feitos e exemplos maternos de seu tempo; consideradas as civilizações conhecidas e acrescentando-se muitas desconhecidas, ter-se-ia uma imensa biblioteca de maravilhas que a todos comoveriam. E uma única afirmação: “a guerra é detestada pelas mães; nenhuma delas medianamente equilibrada incitaria no ânimo do filho pensamentos favoráveis [...] à guerra” (ALMEIDA, 1925, p. 76). Não é para carnificinas selvagens dos campos de batalha que as mulheres criaram seus filhos. A mulher passou a intervir

no movimento político, prossegue, e pode-se então ter alguma esperança de um trabalho firme pela paz. E para isso as mulheres devem primeiro se autoeducar, tanto nos corações quanto nas mentes.

Na segunda parte, com epígrafe de Zola que afirma ser a guerra a morte da cultura, volta a dizer que a política só pode seduzir as mulheres como um instrumento contra a guerra que então seria apenas uma questão de interesses, dinheiro, ambição e cobiça. E passando a discorrer sobre a mulher na guerra, na guerra que mal findou, mais uma vez Almeida se mostra observadora aguçada.

A romancista mostra as intervenções das mulheres nas mais diversas atividades, sua presença nos campos das guerras, e durante a Grande Guerra, como enfermeiras, motoristas de ambulância, combatentes. A participação delas como datilógrafas, estenógrafas, trabalhadoras em fábricas de armamento nas cidades, mesmo como senhoras e mães, a escritora constata que algo mudou, pois tendo visto e vivido direta ou indiretamente a barbárie da guerra, as mulheres tornaram-se mais conscientes e, tendo se provado e se percebido capazes de qualquer tarefa, acordaram do letargo de séculos.

Almeida entende que por tudo isso “a mulher não crê nas vantagens da guerra apregoadas” por aqueles que a tratam como um mal necessário para fazer ressurgir a vitalidade das nações. “Para a mulher a guerra é sempre sinônimo de desastre” (ALMEIDA, 1925, p 188). A escritora reitera essa mesma ideia em outro livro, *Viagens no meu país*: “O mal das guerras não acaba com elas, projeta a sua sombra para diante. Com que voz será preciso persuadir o povo e os governantes de que as revoluções cruentas são escolas de barbaridades e de selvajarias, que só deram o mal?” (ALMEIDA, 1920, p. 142).

Julia Lopes de Almeida não teve sua questão acolhida, o pacifismo não se firmou entre as nações Ocidentais, não se firmou no Brasil. A escritora não viveu para acompanhar outra guerra cruenta nem a transformação da região francesa que admirou em sua beleza e calma. Região que durante a Segunda Guerra abrigou a pantomina que foi a República de Vichy, criada pelo general Pétain, quando se rendeu aos nazistas. Vichy, famosa cidade termal europeia, vizinha ao castelo de Charezon, foi o centro de um grande engodo, símbolo da entrega da França, uma pseudorepública que logo desapareceu. Esse castelo se tornou prisão por onde passaram combatentes ilustres antes de serem mandados para os campos de concentração na Alemanha.

O pacifismo da escritora Julia Lopes de Almeida se baseia na maternagem. Essa escolha implica em uma crítica ao mundo dos homens, agressivo e letal, e no posicionamento das mulheres sobre a vida em geral. A

ideia era bem conhecida na França, Inglaterra e América do Norte, e era uma das entradas para a esfera pública e o desafio do monopólio masculino. Almeida, em vários momentos de sua ficção, fez críticas à sociedade em que vivia, especialmente sob a perspectiva de gênero, mas também se preocupou com a melhoria das condições de vida. Desde os primeiros anos do século XX, mulheres de diferentes classes sociais e orientações políticas viram nessa posição um meio adequado para questionar e desafiar a ordem masculina.

Leolinda Figueiredo Daltro (1858-1935), educadora, indigenista e jornalista, não pensava como Julia Lopes de Almeida, e sempre fora favorável à participação das mulheres na *res publica*. A partir de fins do século XIX, introduzira várias modificações na grade escolar, como os cursos mistos e os noturnos para trabalhadores; agregara o aprendizado da arte e da natureza assim como o comparecimento cívico dos alunos de todas as idades às festividades na cidade.

Acreditava, como escreveu Cristina de Pizan em 1404, que as mulheres são fortes e corajosas. Por isso não hesitou em partir do Rio de Janeiro em 1895 e, passando por São Paulo e Minas Gerais, palmilhar durante cinco anos os sertões até a região do Alto Tocantins e do Araguaia. Fez essa épica viagem atendendo à solicitação de índios Xerene que buscavam uma professora para sua aldeia, colocando em prática seu projeto de educação laica para os selvícolas *brazilis*.

Os perigos da jornada não foram poucos. Se, por um lado, a empreitada valeu-lhe a admiração de muitos, por outro lado, provocou uma dura oposição por parte de alguns clérigos e pessoas de destaque. Daltro contou que ao voltar, depois de cinco anos, pretendia fazer conferências e explicar detalhes da viagem, mas, recebida com indiferença e alvo “de uma saraivada de ridículo partindo de todas as classes sociais e da Imprensa, procurando ferir e aniquilar” (DALTRO, 1920, p. 148), resolveu calar-se.

Assim começou a vida pública de Daltro, léguas pelos sertões, léguas pela cidade. Suas ações, seus passeios com os índios pela cidade, a ida de todos a congressos ou votações na Assembleia, sempre eram destacadas pela imprensa, comentadas pela população e foram por décadas fontes de críticas, blagues e caricaturas. Nota-se que podemos seguir a vida de Daltro desde sua partida para o sertão até seu funeral através de fotografias na imprensa fluminense, sem esquecer as caricaturas mordazes que a acompanharam sempre.

Daltro prosseguiu com seu projeto de catequese laica, educou em sua casa um grupo de índios de várias tribos, ensinou-lhes ofícios e até mesmo a falarem francês. Juntos compareceram a congressos, votações da assembleia em assuntos de interesse desses povos e locais públicos. Porém, por

ser mulher, não conseguiu apresentar os trabalhos cartográficos e descritivos que elaborara com base em suas viagens. Verificou diante de fatos como esse ser preciso emancipar a mulher para que elas conseguissem ocupar lugar de destaque na sociedade (DALTRO, 1918, p. 15). Para alcançar seu objetivo, realizou, em 1909, uma reunião, com distribuição de convites, que afirma ter sido a primeira reunião feminista no Brasil, e funda uma agremiação no ano seguinte, o Partido Republicano Feminino, para entre outras coisas lutar pelo direito ao voto. “Por mais de uma década, Leolinda e suas companheiras de militância, entre elas a poetisa Gilka Machado, ocuparam a cena política carioca colocando em evidência a questão do sufrágio feminino” (SCHUMAHER; VIAL BAZIL, 2000, p. 319).

Daltro registrou sua participação na fundação de uma escola de enfermagem na Praia Vermelha, núcleo da futura Cruz Vermelha (MOTT, 1986). Fundou também um clube de escoteiras e um jornal, *A Política*. Ela promovia a figura da Nova Mulher, estudada, participante e esportista. Para ela, a atividade esportiva oferecia oportunidade de relações mais igualitárias e derrubava o mito da fragilidade feminina, não se adequava à subordinação tradicional e desafiava os limites da competência cultural.

Em 1908, Daltro criou a *linha de tiro* Rosa da Fonseca, nome da mãe do presidente Hermes, símbolo do patriotismo por ter enviado sete filhos para a guerra. A linha de tiro promovia treinos no Campo de Santana. As mulheres, usando fardamento rústico e empunhando fuzis, atravessavam ruas e praças para lá chegarem, e por isso se tornaram bem conhecidas na cidade (MOTT, 1986).

No início do século XX, havia crescente patriotismo entre as classes urbanas incentivado pelo presidente Hermes da Fonseca, que fez aprovar uma lei, em 1908, para criação de clubes de tiro cujos membros treinados poderiam formar a reserva do exército. A Grande Guerra fez aumentar os cuidados com a pátria e foi nesse clima que Daltro formou sua linha de tiro feminina com patrocínio oficial (HAHNER, 2003).

A *Gazeta de Notícias* registra que ela tentou entregar ao Presidente um manifesto a favor da participação do Brasil na guerra; era também favorável, pode-se deduzir, à participação e à atuação da mulher como combatente, não só como enfermeira. Por conta da situação treinava um batalhão para, na pior das hipóteses, servir de reserva para as ações bélicas.

A prática de tiro não é algo tão extraordinário como possa parecer à primeira vista, acontecia também em regiões nesse mesmo período. Por exemplo, no Canadá, grupos femininos praticaram tiro no Long Branch Camp, em Toronto. A sociedade canadense logo se militarizou e muitas



mulheres desejaram, sem sucesso, ir para a linha de frente. O mesmo aconteceu na França, na Inglaterra e durante muito tempo na América do Norte, onde somente em 1917 algumas mulheres conseguiram se alistar na Marinha.

A luta das mulheres na I Guerra se deu em outros campos, no fronte doméstico, por exemplo, sendo convocadas para desempenhar inúmeras atividades deixadas sem atendentes pela convocação dos contingentes de homens para a linha de frente: serviços em geral, trabalho em fábricas, nas ruas como policiamento, no cultivo de suplementos básicos. Para as linhas de frente seguiram somente enfermeiras ou corpos de voluntárias e motoristas de ambulâncias, e elas não podiam usar armas. Em alguns locais, surgiram combatentes, entre elas, mulheres russas, valentes e aguerridas.

As mulheres adquiriram uma autonomia que não tinham antes, mas apesar disso eram apresentadas sempre como substitutas para qualquer coisa que os homens precisassem abandonar para seguir para a linha de frente. E quando a Guerra acabou, até livros que celebravam as trabalhadoras durante o esforço concluíam que todas elas queriam “ir correndo para casa”, pois não aguentavam mais ficar nos escritórios, fábricas e serviços. E as mulheres foram demitidas ou deixaram os empregos nos tempos do conflito. E tanto as mulheres quanto os homens sabiam que o resultado daquela guerra total, de todos contra todos, era a impossibilidade de manter as mulheres separadas das atividades públicas e das questões nacionais.

No Rio de Janeiro, por volta de 1917, Daltro defendia, além da questão indigenista, duas causas: a participação das mulheres na defesa do País de várias maneiras e não apenas na guerra como vimos, e o voto. Na luta pela conquista do voto feminino batalhava pela imprensa, dava palestras, ativava o Partido Republicano Feminino e chegou a organizar uma passeata de mais de oitenta mulheres pela cidade, o que causou sensação. Em todas as suas atividades optou por ocupar, com diversos grupos, os espaços públicos, e por isso pairava sobre ela a sombra de *sufragette* radical.

“Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!”. Maria Lacerda de Moura (1887-1945) intitula assim um texto breve e veemente que publica em 1933. Educadora, jornalista, conferencista, anarquista, Moura era pacifista, mas de um tipo bem mais radical do que o de Almeida, embora como esta visse na mulher e na mãe qualidades potenciais superiores. Porém, as diferenças são maiores que as semelhanças, uma vez que Almeida acreditava que o pacifismo poderia se firmar pela autoeducação das mães, enquanto Moura pensa-o por meio de uma análise sociopolítica e de movimentos de resistência.

Por volta de 1921, época de grandes agitações políticas, Moura tomou parte ativa na fundação da *Federação Internacional Femininos* e do *Comitê Feminino contra a Guerra*, ambos sediados em São Paulo, onde então essa mineira de Barbacena residia com a família. Os grupos visavam articular mulheres em um movimento de emancipação humana que não se limitasse ao direito de voto, bandeira de muitas feministas da época.

Moura defendia um pacifismo inspirado em Tolstói, Gandhi e Romain Rolland, livre-pensadores, e em Han Ryner. Ela escreveu vários artigos, fez conferências “chamando a atenção pública para os perigos e a necessidade de romper a mística da inevitabilidade [da guerra]” (LEITE, 1984, p. 70-71). Denunciava as conquistas do capitalismo e da ciência aplicados ao extermínio e fez guerra à guerra, seguindo Romain Rolland e os livre-pensadores (LEITE, 1984, p. 70-71). Propunha que a mulher recusasse o serviço militar, os serviços preparativos para o combate; propunha ainda a “greve dos ventres”, impedindo o nascimento de uma população que seria incorporada pelo Estado aos exércitos. Posteriormente aderiu à doutrina da resistência e da não violência.

Em relação à Grande Guerra e à participação das mulheres, Moura fez apontamentos interessantes, porque mais sombrios do que os elogios de outras autoras. “A francesa, a belga e tantas outras” arrotearam campos, semearam, plantaram, colheram, puxaram arados para darem o pão a todos “enquanto os companheiros ceifavam vidas”; a inglesa, “para que não faltasse o morango aos bravos irmãos, colheu-os à sombra de aeroplanos inimigos”; a mulher “queimava os cabelos, a face, as mãos, em volta dos fornos de alta tempera, trabalhando em aço, em ferro, substituindo os homens nos mais duros labores; enquanto faziam isso e também fabricavam balas para os canhões, tomavam conta de hospitais e outros serviços”, por tudo isso “achavam-nas admiráveis”, logo, porém, que seus serviços foram dispensados, mandaram-na de volta ao lar (MOURA, 1919, p. 62-63) e à obediência à família, à educação autoritária e à submissão a Igreja.

E quando no Brasil, em meados da década de vinte, começou-se a discutir numa escala bem maior do que nos tempos de Daltro o engajamento militar obrigatório para as mulheres, ela pôs-se em campanha e escreveu “Recuso-me! Denuncio!”, livreto em três partes no qual ataca as políticas fascistas que mobilizam a todos e tiram os movimentos das massas trabalhadoras visando uma unidade total que “permita a venda do território e dos habitantes aos imperialismos inglês ou yankee” (MOURA, 1999, p. 19).

Maria Lacerda de Moura discute aspectos da época para apontar que a divisa da mulher moderna, que visa um mundo melhor, seria “um postulado de humanidade: nem carne feminina para os prostíbulos, nem carne

masculina para as bocas de canhões” (MOURA, 1999, p. 21). Considera que a superioridade da mulher se manifesta em ser ela criadora de vida para perpetuar a espécie, e as consequências escravizantes que decorrem desse fato e são impostas pela sociedade bastam para conceder-lhe o direito de viver integralizada ao mundo político e social.

Não há como negar a importância das críticas contundentes, das intensas reflexões e da insistência da luta travada por Maria Lacerda de Moura para transformar o imaginário social e cultural, tarefa fundamental para o surgimento de novos modos de pensar e agir, no Brasil e no mundo. (RAGO, 2007, p. 293)

As três figurações aqui apresentadas, situadas no início das Grandes Guerras, na era das catástrofes, mostram modos de pensar mudanças na sociedade em relação às participações das mulheres em diversas atividades. Elas configuram reflexões intensas e amplas sobre as guerras em perspectivas diferenciadas, mostrando que nunca podemos pensar que não há mais nada para dizer, mas sempre devemos procurar saber mais, enxergar melhor as mulheres através da história, pois elas também estão sempre lá, sendo sujeitos dos acontecimentos e refletindo sobre eles<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Julia L. de. *Maternidade*. Rio de Janeiro: Olivia Herdy de C. Peixoto, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Jornadas no meu País*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- DALTRO, Leolinda. *Início do Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Orsina da Fonseca, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Da catequese dos índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Escola Orsina da Fonseca, 1920.
- HAHNER, June E. *Emanipação do sexo feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2003.
- Gagliardi, José M. *O indígena e a República*. São Paulo: Huicitec/Edusp, 1989.
- GILBERT, S.M.; Gubar, S. *No Man's Land*. New Haven: Yale University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Sexchanges*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos Impérios*. Trad. Sieni M. Campos e Iolanda S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Age of Extremes*. London: Michael Joseph, 1994.
- LEITE, Miriam M. L. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.
- MARQUES, Teresa C. de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação feminina entre 1850 e 1932. In: PISCITELLI, Adriana;

MELO, Hildete P. de; MALUF, Sônia W.; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). *Olhares feministas*. Brasília: ONU/MEC, 2009.

MOURA, M. Lacerda de. *Renovação*. Belo Horizonte: Typ. Athene, 1919.

\_\_\_\_\_. *Denuncio!* 3. ed. Gurarujá: Ed. Opúsculo Libertário (original 1933), 1999.

MOTT, M. Lucia B. Leolinda Daltro. In: *Mulheres Brasileiras: participação Política e social*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1986.

RAGO, Margareth. Ética anarquista e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: Reis, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge. *As esquerdas no Brasil - A Formação das Tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1, p. 262-293.

TELLES, Norma. Apontamentos em campos de Guerra. In: FLORES, Hilda (Org.). *Iª Guerra Mundial - Reflexos no Brasil*. PA: Cipel, 2014.

\_\_\_\_\_. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

\_\_\_\_\_. Vinte mil léguas pelos sertões, vinte mil léguas pela cidade - Leolinda Daltro. In: *Labrys* 19, [www.labrys.org](http://www.labrys.org).

\_\_\_\_\_. Uma reunião perdida na lembrança. In: FLORES, Hilda (Org.) *Presença Literária*. Porto Alegre: Ediplat, 2007.

\_\_\_\_\_. *Medeia Sertaneja*. São Paulo: NaT Editorial, 2003.

WOOLF, Virginia. *L'art du roman*. Paris: Seuil, 1962.